

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-017

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503484580	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DÃO LAFÕES E ALTO PAIVA
Morada (Sede Social)	
RUA DOS LOUREIROS, Nº 16, LOJA 1, R/C	
Código Postal	Localidade
3500-148	WISEU
NUT III	NUT II
Viseu Dão Lafões	Centro
Telefone	E-mail
232421215	addlap@mail.telepac.pt
Telefax	

232426682

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.addlap.pt/>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Alfredo Manuel Pires Simões

Telefone Responsável

232.421215

Cargo Responsável

Coordenador Geral

Telemóvel Responsável

964200340

Serviço/Departamento

Departamento Técnico de Planeamento e Projetos

Email Responsável

alf.simoes@addlap.pt

Email Alternativo

addlap@mail.telepac.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

No ciclo de programação, 2007-2013, a ADDLAP foi gestora do Subprograma 3 do PRODER Abordagem LEADER, que se encontra na fase de encerramento e dinamizou outros projetos, nas áreas da cooperação, formação e qualificação. Desde 1995, que promove a abordagem LEADER no território.

Permitiu criar uma dinâmica socio económica, constituindo-se como uma âncora do desenvolvimento. Apoiou diretamente projetos, mas também facilita a promoção de iniciativas complementares, como sejam, o apoio e a informação sobre candidaturas, a realização de formação à medida, a cooperação, a renovação de aldeias e das atividades (centros rurais, contratos de aldeia), a promoção dos produtos, a realização de eventos e fóruns de discussão. Nestes 20 anos levou-se a cabo cerca de meio milhão de iniciativas que corresponderam a crescentes níveis de investimento total: € 6 milhões, no QCA II; € 9,5 milhões, no QCA III e € 14,6 milhões, no QREN. O reconhecimento do papel desempenhado pela entidade verifica-se, entre outros indicadores, pelo reforço do número de parceiros, passando de 9 fundadores até aos atuais 68. Muitos dos parceiros são coletivos abrangendo, indiretamente, cerca de 24 mil pessoas (somatório do nº. de associados), ou seja, 25% da população. As entidades mais representativas são as de apoio social, 14%; agricultura, 12%; educação, 12%; associações empresariais, 12%; e administração pública, 10%. Importa destacar o papel das IPSS's, responsáveis pelo apoio social e conseqüente qualidade de vida das zonas rurais, dado o envelhecimento crescente da população.

No quadro de programação financeira que agora termina, o subprograma 3, teve uma orçamentação global superior a 14 milhões de euros de investimento total, que corresponderam a 8,8 milhões de despesa pública, a 105 projetos, à criação de 87 postos de trabalho e 1399 utentes de IPSS beneficiados, em 26 iniciativas de apoio social. Realizaram-se, também, 3 projetos de cooperação e 27 atividades de animação do território, no âmbito das medidas Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e Funcionamento dos GAL e Aquisição de Competências.

O projeto Atlantic Aquatic Resource Conservation, no âmbito do Programa Cooperação Transnacional CTE – Espaço Atlântico, envolveu 12 parceiros internacionais e o tema central era a gestão integrada nos recursos ribeirinhos. Teve uma forte componente de educação ambiental, denominada “Um rio com vida”, articulada com a comunidade científica e escolar, envolvendo 18 escolas e 650 crianças.

Na formação desenvolveu-se 1 ação de Educação e Formação de Adultos e 23 ações modulares certificadas, financiadas pelo POPH, correspondendo a um volume de formação de 39785 h, envolvendo 361 formandos. Foram promovidas atividades de apoio ao investimento no território, a partir de um acordo formal com a Associação Nacional de Direito ao Crédito e que pretendemos dar continuidade em articulação com outras ferramentas de apoio ao investimento.

De acordo com a experiência na gestão de instrumentos nacionais e comunitários de promoção do desenvolvimento, pretende-se dar continuidade ao trabalho realizado, através de candidaturas a programas nacionais/comunitários (ex: DLBC), nas áreas de apoio ao investimento, da cooperação, da qualificação, privilegiando as temáticas rurais, o ambiente, o turismo, e participação em projetos e iniciativas para os quais reúna as condições técnicas e financeiras necessárias, e que estejam de acordo com a estratégia preconizada para o território. Toda a atividade estará articulada com o Acordo de Parceria 2014-2020, o Programa de Desenvolvimento Rural 2020, o CENTRO 2020 e a EIDT da CIM Viseu Dão Lafões. Reforçou as suas competências ao reconhecer-se como entidade GeOp no âmbito da Bolsa De Terras. No contexto global de crise económica, pretende-se realizar iniciativas de dinamização territorial, de modo a encontrar formas alternativas de financiamento de potenciais projetos.

Neste contexto prevê-se o reforço de ações de cooperação e em rede, a vários níveis geográficos. Serão privilegiadas as áreas relacionadas com os recursos do território ao nível da cultura, ambiente, património, artesanato, produtos locais, turismo e capital humano e institucional. Será estratégica a cooperação com instituições da região, dada a existência de semelhanças geográficas, produtos e recursos, sendo de interesse a construção de iniciativas comuns para os territórios no sentido de otimizar os recursos e obter maior impacto.

Grande parte dos parceiros tem experiência na execução de projetos nacionais e comunitários, designadamente os municípios, as associações empresariais, o ensino, as entidades de apoio social, as associações de agricultores e as entidades turísticas.

Deve-se tirar partido da estrutura e das sinergias das entidades que a constituem para “abraçar” novos desafios na promoção do desenvolvimento territorial, compartilhando ideias, opiniões e recursos.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500746842	DIOCESE DE VISEU	29/10/1940	13/02/2015	94910	
500793522	CLUBE DESPORTIVO DE CAÇA E PESCA DE VILA NOVA DE PAIVA	17/01/1978	13/02/2015	1701	
500805032	ASSOPS - ASSOCIAÇÃO DE PASSOS DE SILGUEIROS	27/07/1978	17/11/1987	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500989532	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO DE VISEU	12/09/1975	12/09/1975	94110	Organização Patronal ou Empresarial
501048740	INSTITUTO PIAGET, COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, INTEGRAL E ECOLÓGICO CRL	26/12/1979	26/12/1979	85420	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501067574	COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ALTO PAIVA CRL	22/09/1977	13/02/2015	1620	
501082522	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	15/07/1971	01/06/1987	85420	Fundações Privadas
501090673	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LAFÕES, CRL	12/07/1979	19/07/1983	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501104232	ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE VISEU	31/05/1927	01/07/1980	93191	Associações Públicas
501110089	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VOUZELA	20/07/1885	13/02/2015	84250	
501155490	MISERICORDIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DE OLIVEIRA DE FRADES	23/01/1930	01/01/1989	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
501157506	MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO	20/05/1876	13/02/2015	87301	
501172203	CASSEPEDRO-COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE SÃO PEDRO DO SUL CRL	19/02/1981	19/02/1981	47784	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

501215689	FUNDAÇÃO JOAQUIM DOS SANTOS	20/02/1967	20/02/1967	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501299254	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FARMINHÃO - ASSF	18/06/1982	01/12/1987	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501306234	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FRADES	01/01/1836	01/01/1836	84113	Autarquias Locais
501339612	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE VISEU	22/10/1982	20/11/1982	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501383867	CARITAS DA PAROQUIA DE QUEIRIGA	27/07/1981	13/02/2015	88101	
501395350	CENTRO SOCIAL DA PAROQUIA DE MUNDÃO	05/05/1981	05/05/1981	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501408185	CENTRO CULTURAL DISTRITAL DE VISEU	16/03/1982	13/02/2015	94991	
501608591	SOCIEDADE MUSICAL VOZELLESE	20/09/1955	13/02/2015	90010	
501632646	Associação de Criadores de Gado da Beira Alta	13/02/2015	13/02/2015	94995	Associações e Fundações
501732594	COOPERATIVA AGRO-PECUARIA O ARADO CRL	11/07/1986	01/11/1986	47784	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501775501	A.N.J.E.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESARIOS	29/07/1986	29/07/1986	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501839330	ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DA BEIRA ALTA	30/10/1981	13/02/2015	94110	

501869786	FENAFRUTAS - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COÓPERATIVAS AGRÍCOLAS DE HORTO- FRUTICULTORES FCRL	03/06/1987	21/08/1987	1610	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501996206	ASSOCIAÇÃO ACADEMICA DE SANTA CRUZ	11/02/1988	11/02/1988	93192	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502016795	ASSOCIAÇÃO ANDEBOL DE VISEU	09/06/1988	29/01/2015	93192	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502112948	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE VASCONHA	06/04/1981	13/02/2015	94991	
502148314	COOPERATIVA RADIO VOUZELA CRL	11/10/1988	13/02/2015	60100	
502265531	COMISSÃO VITIVINICOLA REGIONAL DO DÃO (CVR DO DÃO)	29/03/1989	07/11/1989	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502546778	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E CULTURAL CRUZ DE MALTA	21/01/1991	21/01/1991	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502604115	CENTRO SOCIAL DE VILA MAIOR	24/04/1991	13/02/2015	94995	
502639709	CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL	29/06/1991	29/06/1991	88101	Agências e associações de desenvolvimen to regional e local
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI- POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamenta l
502947543	A.D.R.L. - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LAFÕES	20/01/1993	22/09/1995	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

503018546	OBRAS SOCIAIS DO PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU	25/02/1983	25/02/1983	88990	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
503061913	CEC - CONSELHO EMPRESARIAL DO CENTRO/CCIC - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO CENTRO	24/04/1993	01/08/1994	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503537136	C. P. L. SERVIÇOS DE PLANTAÇÃO E LIMPEZA LDA	15/11/1995		2100	
503586480	EXPOVIS - PROMOÇÃO E EVENTOS LDA	16/02/1996	13/02/2015	82300	
503714577	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO DE VISEU	06/11/1995	21/10/1997	72200	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503797057	ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DAS TERMAS S. PEDRO DO SUL	16/10/1995	19/03/2010	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504172743	CENTRO SOCIAL DE CAMBRA	18/07/1997	13/02/2015	88990	
504526391	ESCOLA PROFISSIONAL DE VOUZELA, LDA	28/12/2000	28/12/2000	85320	Escolas Profissionais Privadas
504570870	CENTRO DE ARTES DO ESPECTÁCULO DE VISEU, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E PEDAGÓGICA	05/05/1998	05/05/1998	90010	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504646923	APPACDM DE VISEU - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	09/06/2000	19/06/2000	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504649752	ESCOLA PROFISSIONAL FUNDAÇÃO D. MARIANA SEIXAS, LDA	18/01/2000	13/02/2015	85320	
505618451	AEL - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE LAFÕES	20/07/2001	09/10/2001	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

506049337	CEDRUS - ASSOCIAÇÃO PRODUTORES FLORESTAIS DE VISEU	27/02/2002	04/02/2003	94995	ONG - Organização Não Governamental
506697320	MUNICÍPIO DE VISEU	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506741214	FELBA - PROMOÇÃO DAS FRUTAS E LEGUMES DA BEIRA ALTA ACE	26/05/2004		1610	
506770664	MUNICÍPIO DE VOUZELA	01/01/1836	01/01/1836	84113	Autarquias Locais
506785815	MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506809323	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA	15/01/1898	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506817997	TERMALISTUR-TERMAS DE S. PEDRO DO SUL, E.M., S.A.	30/03/2004	30/03/2004	86905	Sociedades Comerciais
506859886	PROMOLAFÕES - PROMOÇÃO E EVENTOS, LDA	17/03/2004	17/03/2004	82990	Sociedades Comerciais
507740629	COOPERATIVA DE LINHO DE VÂRZEA DE CALDE, CRL	05/09/2006	13/02/2015	13105	
507821920	COOPRAÍZES- COOPERATIVA DE PRODUTORES DAS TERRAS DE S. PEDRO DO SUL CRL	24/11/2006	04/12/2006	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
508266483	ZUNZUM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	23/10/2007	23/10/2007	90010	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508808324	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL	15/09/2008	02/01/2009	84123	Associações Públicas
509811086	ASSOCIAÇÃO VASCONHABTT VOUZELA	25/03/2011	13/02/2015	93192	
509967299	EON-INDÚSTRIAS CRIATIVAS LDA	10/08/2011	11/08/2011	91020	Sociedades Comerciais
510617077	CERV - CONSELHO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE VISEU - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	27/03/2013	19/04/2013	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510936067	BIOSFERA - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE CAÇA E PESCA DOS COMPARTES DE RIBEIRADIO	30/07/2002	30/07/2002	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local

510976077	MONTIS - ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	21/03/2014	21/03/2014	94992	ONG - Organização Não Governamental
600076024	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DE FRADES	29/03/2010	29/03/2010	85201	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
680033548	INSTITUTO POLITECNICO DE VISEU	26/12/1979	17/09/1991	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Viseu Dão Lafões

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Centro	Viseu Dão Lafões	Oliveira de Frades		11,63%
Centro	Viseu Dão Lafões	Vila Nova de Paiva		13,99%
Centro	Viseu Dão Lafões	Vouzela		15,12%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Bordonhos	11,84%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Figueiredo de Alva	1,23%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Pindelo dos Milagres	1,53%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Pinho	1,22%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	São Félix	0,29%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Serrazes	1,28%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Valadares	1,61%
Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	Vila Maior	1,11%

Centro	Viseu Dão Lafões	São Pedro do Sul	União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	1,67%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Abraveses	0,94%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Bodiosa	2,02%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Calde	3,03%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Campo	1,22%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Cavernães	1,11%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Cota	3,19%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Fragosela	0,85%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Lordosa	1,83%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Silgueiros	2,91%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Mundão	1,25%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Orgens	0,83%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Povolide	1,60%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Ribafeita	1,47%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	Santos Evos	0,98%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	São João de Lourosa	1,92%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	São Pedro de France	1,47%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de Barreiros e Cepões	2,58%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	2,73%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima	1,91%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de Faíl e Vila Chã de Sá	1,21%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de Repeses e São Salvador	0,80%
Centro	Viseu Dão Lafões	Viseu	União das freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	1,63%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O diagnóstico foi validado através da auscultação/envolvimento dos agentes, com a dinamização de 5 ateliers temáticos participativos e 5 brainstormings, com um total de 2 centenas e meia de

pessoas/entidades.

Ambiente e Biodiversidade

A qualidade do ambiente e a biodiversidade existente está bem patente no território, destacando-se pela sua importância 2 Sítios de Importância Comunitária que integram a Rede Natura, respetivamente: Cambarinho em Vouzela, com uma área de 23,31 ha e Rio Paiva que envolve os concelhos de S. P. do Sul (949 ha), V. N. de Paiva (1.912 ha) e Viseu (54 ha).

A estratégia proposta permite antever que se pretende o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas para valorizar os espaços naturais e classificados do território, cuja gestão deverá ter um bom nível de sustentabilidade e ser uma boa prática transferível para as restantes áreas do território.

Dinâmica Demográfica

Em termos demográficos, para além de Viseu que registou um crescimento da população nas freguesias afetadas ao território de 3,3% entre 2001-2011, a que não será estranha a “força”, da cidade, refletida no seu epíteto de “melhor cidade para se viver”, estamos perante um território com fragilidades demográficas significativas, com destaque para a redução em V. N. de Paiva (- 15,7%) e em Vouzela (- 11,3%). Trata-se de um território que viu, na sua globalidade, a população reduzir-se em 1,7%, revelando algumas potencialidades para a atratividade e, assim, reverter o ciclo de perda, sendo por isso imprescindível promover ações tendentes a reter a fuga dos jovens. A seguir a Viseu, Oliveira de Frades é o município com menor perda de população, por força da sua dinâmica empresarial.

A estrutura etária dos residentes (2001-2011) revela sinais preocupantes de envelhecimento, se atendermos ao peso significativo das pessoas com 65 e mais anos, que representam 21,6%, e que se tem acentuado desde 2001. O índice de envelhecimento concelhio faz sobressair, em apenas 12 anos (2001-2013), o envelhecimento galopante que ocorreu em Vouzela (151,0 para 236,5), São Pedro do Sul (155,3 para 219,3) e Vila Nova de Paiva (133,9 para 206,9). Dos indicadores analisados releva-se, ainda, pelo seu grande significado demográfico, a elevada redução da taxa bruta de natalidade entre 2001 e 2013 nos concelhos com maior envelhecimento.

Potencial Humano

O potencial humano é uma prioridade nacional com foco na superação do défice estrutural de qualificações da população, na promoção do conhecimento científico, inovação e modernização do tecido produtivo, na estimulação da criação e qualificação do emprego e na promoção da igualdade de oportunidades. A taxa de analfabetismo, apesar da redução desde 2001, continua em 2011 a ter um peso muito significativo em V. N. de Paiva (12,4%), bem como em S. P. do Sul (9,1%). Viseu, com 5,4%, surge mais uma vez em destaque. Todavia, se atendermos à taxa de abandono escolar, verifica-se que são V. N. de Paiva, S. P. do Sul e Vouzela que têm em 2011 os valores mais favoráveis, embora apresentem maiores fragilidades na maior parte dos indicadores.

Dinâmica Empresarial e de Emprego

A dinâmica empresarial nos concelhos acompanha de perto a da Sub-região Dão Lafões e a da Região Centro, registando-se de 2007 para 2012 o desaparecimento de empresas de diferentes ramos de atividade de -8,9%.

As atividades com maior representatividade em 2012 eram o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”, a “Construção” a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” e as “Atividades de saúde humana e apoio social”. São sensivelmente as mesmas com importância ao nível do volume de negócios.

De 2001 para 2011 a variação da taxa de desemprego foi muito significativa em Portugal, passando de 4,0% para 12,7% (16,2% em 2013), segundo a PORDATA. No território de atuação, por concelho encontram-se, em geral, valores mais favoráveis em 2011, oscilando entre 8,7% de Oliveira de Frades e 13,5% de Vila Nova de Paiva.

Dinâmica dos Setores de Atividade Relevantes

•Agricultura e floresta

Em 10 anos, desapareceu um significativo número de explorações no território (- 29,9%), o que se traduziu em menos 2.750 explorações e menos 10.336 ha. A dimensão média das explorações agrícolas (4,2 ha) apresenta um valor próximo do verificado na Sub-região Dão-Lafões (4,4 ha), mas muito inferior ao da Região Centro (8,4 ha) e do país.

As Explorações Agrícolas Familiares continuam a ter uma importância significativa no território. Todavia, a mão-de-obra agrícola entre 1999 e 2009 teve uma redução de 40% alinhada com a diminuição da sub-região e a região.

Relativamente à estrutura etária da população agrícola familiar mantém-se o elevado peso de trabalhadores com 65 e mais anos, que oscila entre 26,6% em Oliveira de Frades e 35,8% em Viseu.

Também a escolaridade é um indicador a investir, se pretendemos melhorar a inovação, a comercialização, a gestão e a produção. Nos 5 concelhos. “a população agrícola sem escolaridade e com o 1º ciclo” ultrapassa

sempre os 60%. Apesar de estarmos perante um cenário de escolaridade menos favorável, releva-se o envolvimento de população com escolaridade de nível superior, com maior significado em Viseu (6,9%). A floresta é de extrema importância no território quer para a qualidade ambiental quer para o turismo, havendo um significativo contraste territorial na “Área dos usos do solo” entre Oliveira de Frades (70,0% de floresta) e V. N. de Paiva (49,9% de matos). Em termos de espécies dominantes evidencia-se claramente a área de pinheiro bravo (66,9%), seguida da do eucalipto (18,9%) e dos carvalhos (8,9%). O significativo peso de matos na área total (23,2%) é uma condicionante territorial a ter em conta, tanto mais que em 2013, considerando a distribuição de áreas ardidas em Portugal, foram as áreas de matos as mais afetadas pelos incêndios.

•Atividade turística

O território em causa tem condições propícias para uma oferta turística diversificada nos domínios do turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, religioso, de saúde e TER, apesar de carecer de uma articulação entre operadores/promotores turísticos no domínio das permutas que diminuem as perdas de efetivos e de uma estruturação de pacotes integrados que permitam valorizar diferentes ofertas, de uma forma criativa e inovadora.

O número de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento, no território, cresceu entre 2007 para 2012 (+38,5%) em hotéis. A análise do contexto revela uma situação tendencialmente mais favorável para S. P. do Sul e Viseu. Em S. P. do Sul registou-se, entre 2007 – 2013, um ligeiro aumento da estadia média de hóspedes estrangeiros e um aumento da capacidade de alojamento por 1000 habitantes. Apesar do aumento da “Proporção de hóspedes estrangeiros” ter sido em Viseu (23,6%).

•Indústria transformadora e comércio

Relativamente à variação das “Empresas no ramo de atividade da indústria transformadora”, entre 2007 e 2012, ocorreu igualmente um desinvestimento (-11,3%) na área de intervenção, mas que foi inferior ao da região centro (-17,8%). Das 5 atividades que mais contribuíram para o VAB das empresas da indústria transformadora da área de intervenção destaca-se a “Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” (27,6%) e as “Indústrias alimentares” (15,0%).

•Cultura, saúde, bem-estar e qualidade de vida

Em termos de infraestruturas básicas de apoio à cultura, o território de atuação tem uma boa cobertura de museus, distinguindo-se: Museu Municipal de Oliveira de Frades; Museu das Termas de S. P. do Sul; Museu Arqueológico do Alto Paiva; Museu Rural Pendilhe; Museu Grão Vasco; Museu do Quartzito; Museu Etnográfico da Várzea de Calde - Casa de Lavoura e Oficina do Linho; Museu Etnográfico de Passos de Silgueiros; Museu Municipal de Vouzela. Para além destas infraestruturas há ainda uma oferta cultural e de lazer diversificada, nomeadamente a Feira de São Mateus; o Festival Aéreo de Viseu; os Jardins Efémeros; a Feira do Fumeiro do Demo e o Festival da Truta; a Mostra Gastronómica na Capital Nacional do Frango do Campo; Doce Vouzela e as Feiras e Festivais da Vitela.

No que concerne à saúde, na sua vertente mais natural, no território estão localizadas duas unidades termais, as Termas de S. P. do Sul e as Termas de Alcafache. Nas Termas de S. P. do Sul são disponibilizados os mais modernos equipamentos e técnicas de tratamento e de bem-estar. Segundo o Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Termalister - E.E.M., a empresa municipal que assegura a sua gestão, o número de aquisições sofreu uma ligeira quebra de 2012 para 2013, passando de 16.567 para 14.710, o que reflete também a influência da crise económica no domínio da saúde e do bem-estar. As Termas Sulfurosas de Alcafache funcionam desde 1962 e têm vindo, progressivamente, a adaptar-se às novas tendências do mercado do bem-estar. Para além do termalismo clássico há oferta de tratamentos de massagem sensorial com velas, vinoterapia e algoterapia, garantindo a inovação e a abertura a novos públicos.

•Artesanato e Património Construído

Os inúmeros exemplares com interesse cultural, relevante entre os bens que integram o imenso património, demarcam a identidade e o sentimento de pertença.

Regista-se no território a presença de um valiosíssimo espólio de património arquitetónico e arqueológico classificado, quer monumentos nacionais (Anta pintada de Antelas; Castro de Nossa Senhora da Guia; Orca dos Juncais ou Anta da Queiriga; Sé de Viseu; Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Assunção), quer imóveis de interesse público (Pelourinhos; Palácio de Reriz; Capela de Nossa Senhora da Vitória; Ruínas do Castelo de Vilharigues) ou imóveis de interesse municipal.

O património cultural tem também expressão identitária na gastronomia e no artesanato. Na gastronomia, rica e variada, destacam-se os sabores do Arroz de Carqueja, do Rancho à Moda de Viseu, da Vitela Assada à Moda de Lafões, do Cabrito Assado, das Trutas do Paiva, do fumeiro etc. Em termos de doçaria destacam-se as Papas de Milho, os Pastéis de Vouzela, as Castanhas de Ovos de Viseu, os Caçõilinhos do Vouga, os Beijinhos, as Cavacas...

No artesanato, igualmente variado, mas em risco, por não existir uma política de valorização e transmissão

destes saberes-fazer, destacam-se bordados, cestaria, cantaria, ferro forjado, latoaria, estanho.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

i) Boa acessibilidade inter-regional (ao Porto, Aveiro e Coimbra). ii) Condições propícias para desenvolver o consumo de diferentes energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos). iii) Condições propícias para estabelecer parcerias com universidades e politécnicos. iv) Condições propícias para melhorar a governança local, nomeadamente pela implementação de orçamentos participativos. v) Condições propícias para o comércio em circuitos curtos de comercialização. vi) Potencial para transformar a serra e a água nas âncoras do marketing territorial.

Principais Pontos Fortes

i) Diversidade de produtos/produções de qualidade (cabrito da Gralheira; cogumelos silvestres; cogumelos Shiitake; compotas diversas; enchidos; frango do campo; maçã Bravo de Esmolfe; maçã da Beira Alta; mel; trutas do Paiva; PAM; pastéis de Vouzela; queijadinhas de Oliveira de Frades; queijo da Serra da Estrela; vinho do Dão; vinho de Lafões; vitela de Lafões. ii) Potencial para as energias renováveis: biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos (solar-biomassa). iii) Existência de oferta turística diversificada (turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, TER). iv) Existência de recursos florestais não lenhosos (RFNL), com uma crescente procura urbana e potencialidade de 'fileira' (cogumelos, frutos silvestres, mel, PAM). v) Condições propícias ao estabelecimento de redes de cooperação.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

i) Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial. ii) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional. iii) Défice de articulação entre os promotores turísticos. iv) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/migração dos jovens. v) Envelhecimento galopante da população. vi) Reduzida adequação dos recursos humanos às necessidades do tecido empresarial, por défice de articulação entre as instituições da Região (de ensino, formação, I&D e empresas).

Principais Pontos Fracos

i) A falta de registo e de valorização das práticas está a conduzir ao desaparecimento dos saberes-fazer e ofícios tradicionais. ii) Degradação de algum património construído. iii) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/ saída dos jovens. iv) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional. v) Falta de rotas/integração de rotas (ambientais, gastronómicas, religiosas, do património). vi) Deficientes condições de mobilidade intrarregional (debilidade dos acessos internos, nomeadamente nas áreas de serra; inexistência de transporte ferroviário; rede de transporte público manifestamente insuficiente e com preços elevados).

Análise feita ao território e à envolvente, os desafios que se colocam ao território são comuns aos de outras áreas de baixa densidade e, em certa medida, a todo o mundo rural, onde a multi-escalaridade não tem sido um problema facilmente resolúvel. Estes territórios confrontam-se com uma limitação identificada: a ausência de uma base económica sustentável que garanta um futuro de não desvalorização interna, condicionando naturalmente a síndrome da saída, evidente no território. A intervenção à escala de um GAL tem também de ser entendida como um instrumento de política de desenvolvimento local, que permita mitigar algum do empobrecimento e do abandono existentes, traçando novos caminhos que estimulem um empreendedorismo centrado nas mais-valias rurais existentes no território. A EDL que se apresenta no ponto seguinte, centra-se na necessidade de uma relação forte urbano-rural e procura valorizar as sinergias entre dois contributos, o tradicional e o inovador, procura, em coerência, responder a este imperativo.

Entre os desafios que merecem maior ponderação – deles depende o sucesso da estratégia – destacamos: a cooperação, inovação, ensino superior, recursos endógenos, atração dos residentes, mobilidade e modelo de desenvolvimento.

Cooperação. Através da cooperação todos aprendem e se ajudam, o planeamento intermunicipal passa a ser uma realidade, o ensino superior contribui com o saber para o crescimento e para o desenvolvimento, os empresários aprendem a “coopetir”, ganhando o território e os cidadãos.

Inovação. Olhar para fora do território. Implica que para além da visão mais técnico-empresarial, se olhe igualmente para a «inovação socio territorial». A inovação na cooperação e na governação é igualmente determinante.

Ensino Superior. Vanguarda do conhecimento, tem de se virar para fora, deve conhecer as necessidades dos territórios, tem de saber estabelecer pontes com o meio associativo, empresarial e comunidade.

Recursos endógenos. São uma riqueza local, pelo que devem ser valorizados olhando para o exterior, procurando articulações para resolver problemas comuns, de ganho de escala ou conhecimento.

Atração de residentes, difícil, deve ser uma aposta clara porque é um jogo de oportunidades. Uns partem à procura de resolverem os seus problemas imediatos, outros podem regressar, ainda ativos.

Mobilidade. Não pode ser fragmentada porque penaliza as pessoas e as atividades. Tornar as deslocações mais amigáveis dentro do território terá de ser uma preocupação de natureza intermunicipal.

O modelo de desenvolvimento existente tem de ser revertido, de forma a contrariar a visão sustentada no embaratecimento do trabalho e nos baixos investimentos em capital humano. A melhor forma de o transformar é assegurar a melhoria das qualificações e mudar o perfil da especialização produtiva.

Como se verá no ponto seguinte, a concretização dos quatro objetivos específicos desta EDL, em torno da “economia da terra”, de uma “ruralidade empreendedora”, do “bem-estar e da coesão” e da “visibilidade do território” respondem a estes desafios, procuram vencê-los com a concretização de ações que irão valorizar os pontos fortes (como os recursos naturais, paisagísticos, gastronomia, etc. ou as produções locais), bem como ultrapassar deficiências (como o fraco envolvimento do ensino superior). Tudo isto se passará num ambiente geral favorável aos consumos locais, à preservação do meio ambiente e valorização do património.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Estamos perante uma EDL de vertente rural, cujo foco temático é a INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL travejada pela boa conservação dos recursos do território e por uma cooperação interterritorial promotora do bem-estar geral, onde a prioridade ao emprego, à cultura, à educação, à saúde e à qualidade de vida em sentido lato, se assumem como oportunidades distintivas.

Qualquer Estratégia que pretenda dar visibilidade e promover o seu território ganha em promover as suas «marcas territoriais», neste caso A TERRA, A ÁGUA, A SERRA E A FLORESTA, ancorando-as numa logomarca e num slogan que lhes dê uma imagem mais atrativa e apetecível para residentes e visitantes. “RURAL-URBANO, ONDE A TRADIÇÃO GERA INOVAÇÃO” será o slogan a equacionar para promover uma EDL que se pretende construtora de uma elevada carga anímica local, que promova o desenvolvimento indivisível do território de atuação, centrado na «terra» que nos une e onde vivemos, e que demonstre a sua forte interligação, numa perspetiva de territórios-rede. Tem uma visão assente em quatro pilares que informam também os seus objetivos específicos, articulando “Economia - Ruralidade Moderna - Bem-estar e Coesão - Visibilidade Territorial”.

Neste contexto a EDL está ancorada em 4 Objetivos Específicos, 15 Domínios de Intervenção (D.I) e 46 Linhas de Ação (LA) que a seguir se discriminam.

Objetivo I - Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular

A Economia da Terra já foi um dos objetivos da anterior Estratégia, devido ao reconhecimento de um conjuntc

de singularidades que se mantêm associadas à existência de um vasto conjunto de produtos endógenos, alguns dos quais certificados, e registo de uma crescente procura destes no mercado nacional. Desenvolver e reinventar a Economia da Terra implica uma aposta na produção local e nos seus produtos endógenos como elementos diferenciadores e diferenciados do território. Uma Economia da Terra, mais verde, social e circular, é uma economia que terá de responder a desafios bem precisos.

DI.11 – Economia da terra.

LA.1 - Apoio a investimentos na exploração agrícola nos domínios da produção, transformação e comercialização.

LA.2 - Apoio ao modo de produção biológico.

LA.3- Apoio à organização da produção local de RFNL e da sua comercialização.

LA.4 - Apoio à implementação de circuitos curtos de comercialização.

DI.12 – Economia Verde

LA.5 - Apoio à produção de energia elétrica e de água quente solar.

LA.6 - Apoio à produção de biodiesel e de biogás.

LA.7 - Apoio à produção de energia com resíduos florestais.

LA.8 - Apoio à produção de energia elétrica de micro e mini dimensão.

DI.13 - Empreendedorismo social e tecnológico

LA.9 - Apoio ao combate ao desemprego jovem com novos cenários na agricultura social.

LA.10 - Apoio à ligação da economia social e tecnológica com a criação de emprego próprio, a formação, a cultura, as indústrias criativas, a recuperação do património.

LA.11 - Apoio a estratégias de sensibilização para a responsabilidade social das organizações e respetiva certificação.

DI.14 - Laboratório de Inovação Socio territorial

LA.12 - Apoio a estratégias de dinamização da responsabilidade socio territorial promotoras da reflexão e debate sobre processos de participação construtores de inovação socio territorial; da partilha de informação útil à comunidade sobre inovação socio territorial; da investigação aplicada e experimentação de métodos e de soluções empreendedoras de inovação socio territorial.

LA.13 - Apoio a estratégias para aproximação do ensino superior local das organizações públicas e privadas que intervêm na economia.

LA.14 - Apoio à formação e investigação aplicada ao desenvolvimento socio territorial.

Objetivo II - Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa

Também este objetivo dá continuidade à EDL anterior, alargando as vertentes da ação, assumindo que a promoção de uma ruralidade moderna implica olhar para os territórios rurais como espaços de oportunidade, porque são territórios que compreendem espaços residenciais, serviços e equipamentos, meio natural, canais de mobilidade e acessibilidade, atividades culturais, desportivas e serviços de saúde, ou seja, todos os fatores que direta ou indiretamente influenciam a escolha de um espaço em detrimento de outro, para residir ou desfrutar ocasionalmente, pela qualidade proporcionada.

Dar força ao empreendedorismo, estimulando novos e renovados negócios, incluindo os micro negócios de proximidade, surge como um domínio natural dentro desta visão de ruralidade, onde a sua população está progressivamente a envelhecer, pelo que dar atenção ao envelhecimento ativo é determinante, quer na ótica da ocupação quer do anti-aging. A ligação ao termalismo poderá ser uma vertente a explorar, assim como a vertente da medicina especializada.

Também a “sintonia cultura – património” é um atributo da ruralidade moderna, promotora das mais-valias locais e indispensável para valorizar e reforçar os sentimentos de pertença, pelo que se presta uma particular atenção à renovação de aldeias.

DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios

LA.15 - Apoio à criação, qualificação e reconversão de negócios/atividades existentes

LA.16 - Apoio à realização de concursos locais de empreendedorismo

LA.17 - Apoio ao desenvolvimento de projetos que estimulem as competências críticas e criativas

DI.II2 - Envelhecimento ativo

LA.18 - Apoio à mobilização da população sénior, ativa e capacitada, para encontros intergeracionais e para novos desafios de intervenção social

LA.19 - Apoio à constituição de uma Bolsa de População Sénior, qualificada e disponível, para colaborar em trabalhos especializados

LA.20. Desenvolvimento de iniciativas empresariais no domínio do anti-aging, de forma a “travar” o envelhecimento, dando maior bem-estar e qualidade de vida à população sénior

DI.II3 - Oferta turística e inovação

LA.21 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo cultural, focalizado na gastronomia/enologia, artesanato, património rural e património natural

- LA.22 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo de saúde
- LA.23 - Apoio a estratégias para a fixação definitiva de turistas
- DI.II4 - Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto
- LA.24 - Apoio à implementação de espaços de promoção do mundo rural e das suas atividades
- LA.25 - Apoio a projetos de renovação de aldeias vocacionados para a valorização do património edificado, do património imaterial do reforço das identidades locais e das pequenas empresas locais na área do comércio e serviços
- LA.26 - Apoio às associações locais, nomeadamente no que concerne a pequenas obras, a equipamentos e às produções culturais
- LA.27 - Apoio à elaboração de Roteiros do Mundo Rural, valorizadores das “marcas” dos territórios e de visão interterritorial do desenvolvimento
- LA 28 - Apoio à promoção da cooperação do território com o exterior
- Objetivo III - Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde
- O território é um sistema complexo, não apenas um espaço físico ou o suporte das diferentes atividades humanas, mas uma realidade onde coexiste uma multiplicidade de relações, atividades e valores, onde interagem conflitos, onde se estruturam sinergias criativas, por isso dever-se-á pensar numa coesão económica e social.
- Uma adequada dinamização e promoção da cultura no território ganha, igualmente, com a organização e a compatibilização de calendários temáticos relacionados com as diversas atividades artísticas e criativas que têm expressão no território.
- Todavia, como não há coesão sem inclusão, partilha e solidariedade, chama-se também à colação a virtualidade do voluntariado, onde a implementação de uma rede de cuidadores informais será, por certo, imprescindível para assegurar o bem-estar, também coletivo, porque cuidar dos mais idosos é trabalhar para todos.
- DI.III1 - Inclusão Ativa
- LA.29 - Apoio a ações de intervenção social com base no voluntariado
- LA.30 - Apoio a ações de inovação e experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa
- LA.31 - Apoio à criação e à qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local
- LA.32 - Apoio à realização de atividades desportivas e socioculturais para a população idosa
- DI.III2 - Núcleos de Criatividade
- LA.33 - Apoio a ações para a melhoria da criatividade, da inovação e das competências no setor cultural
- LA.34 - Apoio à criação de um Centro de Criatividade, que inter-relacione “património cultural-ciência-turismo” e que abranja diferentes domínios: investigação, educação, prevenção/sensibilização e turismo cultural
- DI.III3 - Parcerias Culturais
- LA.35 - Apoio à organização de programas para a concertação e dinamização das diversas atividades artísticas e criativas existentes
- LA.36 - Apoio à construção de um processo de diálogo constante que se enriqueça através das várias expressões artísticas
- DI.III4 - Territórios de Hospitalidade
- LA.37 - Apoio à implementação de «aldeias lar», através do aproveitamento do edificado devoluto para a instalação de idosos com poder de compra que se queiram fixar
- LA.38 - Apoio à criação e dinamização de uma Agenda da Hospitalidade
- Objetivo IV - Dar uma nova visibilidade às «marcas» do território
- A procura pelo original e pelo autêntico é real, mas importa também a preocupação pela diferenciação e pela imagem do produto e as «marcas» do território são produtos bem visíveis e vendáveis se devidamente trabalhadas e enquadradas num Plano de Marketing Territorial, que promova uma gestão mais eficaz do território e dos recursos.
- DI.IV1 - Territórios de lazer e prazer
- LA.39 - Apoio à promoção de itinerários de observação da natureza
- LA.40 - Apoio à promoção de itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade
- DI.IV2 - Rotas Intermunicipais
- LA.41 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais centradas na gastronomia, na doçaria regional e nos produtos com ADN
- LA.42 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais de aventura e de descoberta
- LA.43 - Apoio à promoção de roteiros religiosos e de rotas do património ambiental
- DI.IV3 - Promover as “Marcas” do Território

- LA.44 - Apoio à promoção de um Plano de Marketing Territorial.
- LA.45 - Apoio a estudos e trabalhos sobre as “Marcas” do Território
- LA.46 - Apoio a estratégias de venda das “Marcas” do Território.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O Modelo de Participação dos atores territoriais decorre do modo de funcionamento e da articulação entre os órgãos internos (ver capítulos sobre Modelo de Governação e Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação), ou seja, o acompanhamento e monitorização interna dos projetos serão feitos no âmbito daqueles órgãos da Parceria. Para o efeito, e de acordo com os Regulamentos da Parceria, a CAE terá sempre condições de ir acompanhando a execução da estratégia em reuniões semestrais e reuniões setoriais, todas elas já regulamentadas. Para o exercício desta função, os parceiros terão acesso prévio a relatórios detalhados e regulares sobre a situação de modo a formarem juízo relativamente ao ritmo da execução e à direção que essa execução está a tomar. Assim, os parceiros ficam em condições de fazer uma avaliação contínua, apurar desvios e corrigir trajetórias.

A experiência existente e confirmada na preparação desta EDL mostra a importância que os parceiros têm na mobilização da comunidade local. De facto, os ateliês temáticos (transversais e organizados em função de um problema concreto) e os brainstormings setoriais (dirigidos a agentes do mesmo setor ou setores próximos) realizados – e para continuarem - mobilizaram 250 atores locais, em áreas tão diversas como as do ensino superior, agricultura, cultura, turismo, etc. e cujos contributos se encontram vertidos na EDL, desde o diagnóstico até ao plano de ação.

Vai continuar a aposta no estabelecimento de parcerias entre a ADDLAP e as entidades locais para a realização de ações que mobilizem os agentes e sirvam uma estratégia de promoção dos temas centrais da EDL. Desta forma, o recurso à cooperação, é importante para essa mobilização. Por outro lado, sendo a ADDLAP entidade formadora certificada, tem competências para a satisfação das necessidades de formação por parte dos parceiros e agentes locais permitindo, em simultâneo, a qualificação e o reforço da coesão da parceria – condição para o sucesso da execução.

É expectável que a adesão dos parceiros e agentes locais possa continuar e assumir novas formas de participação, tendo em conta que se encontra em preparação uma política efetiva de comunicação por parte da ADDLAP. Está em curso a reorientação da Webpage no sentido de a atualizar e permitir uma maior interação com os parceiros, com as suas iniciativas e a ligação às redes sociais. Espera-se, desta forma, com o contributo dos parceiros, dar outra visibilidade às marcas do território e aos seus agentes. Além disso, a partir do último trimestre deste ano irá ser lançada uma newsletter dirigida aos parceiros e a toda a comunidade local. Nesse trimestre ocorrerão igualmente sessões públicas de apresentação da EDL, em todos os municípios, e haverá diferentes intervenções (sessões sobre p.ex. Bolsa de Terras, ações de divulgação de produtos locais, etc.) nas principais festas e feiras que estão a ocorrer pelo território.

Com os mesmos objetivos, irão ser otimizados projetos apoiados, como o Espaços Terras, no sentido de os tornar pontos de informação e de mobilização dos pequenos produtores.

Também se prevê a realização de sessões orientadas para públicos específicos e com metodologias mais pró-ativas: sessões para estudantes (ensino superior e secundário), sessões para mulheres, sessões específicas para o setor agrícola e para produtos transformados, etc. O objetivo, para além da divulgação da EDL, é o de estas sessões poderem servir de catalisadores de projetos.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A dotação de recursos dos territórios rurais de Dão, Lafões e Alto Paiva, bem como as necessidades de intervenção para o desenvolvimento dos mesmos, encontra um conjunto relevante de sinergias na arquitetura dos Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação da EIDT para a NUT III Viseu Dão Lafões.

Desde o campo de intervenção das Prioridades de Investimento, deverá ser viável aprofundar um conjunto de complementaridades de atuação por parte dos atores do território por forma a potenciar recursos de financiamento (consabidamente escassos), entre a dotação financeira da EIDT, a gerir pela CIM Viseu Dão Lafões e a EDLBC, a dinamizar pela ADDLAP. Entre os domínios de complementaridade mais relevantes, destacam-se os seguintes:

- Património Natural e Cultural, nomeadamente, na sua articulação com o fomento dos produtos turísticos deste Destino;
- Empreendedorismo e dos apoios à criação e desenvolvimento de atividades empresariais;
- Qualificação das Organizações da Economia Social e ao desenvolvimento das suas atividades no território;
- Operações orientadas para ao apoio à Inclusão Social, enquadrando intervenções de natureza socioeconómica e sociocultural.

Mais especificamente a EDL está de acordo com os seguintes Objetivos Estratégicos e Linhas de ação da EIDT:

OE 1 - Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local - L1.

Promover a Qualificação Organizacional das Empresas e Facilitar a Intermediação e o Brokerage Empresarial; L2. Qualificar o Relacionamento com os Mercados e Organizar e Promover as Ofertas de Setores Tradicionais do Território;

OE 2 - Promover o empreendedorismo e estimular e articular a triple helix de inovação na Sub-região - L3.

Promover a Inovação Empresarial e a Experimentação; L5. Promover o Empreendedorismo e Qualificar o Apoio aos Empreendedores; L6. Organizar, Diversificar e Qualificar a Oferta de Acolhimento e Incubação Empresarial;

OE 7 - Promover a proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono - L13. Incentivar uma Economia Hipocarbónica; L14. Dinamizar Usos Inteligentes de Recursos e Resíduos e Promover a Economia Circular; L15. Valorizar e Promover o Património Natural e Cultural;

OE 8 - Elevar os níveis de escolaridade da população - L16. Criar Condições Materiais de Aprendizagem;

L17. Elevar os Níveis de Escolaridade da População e Promover a Educação e Formação ao Longo da Vida;

OE 9 - Promover a empregabilidade, a diminuição do desemprego e a articulação entre emprego e formação - L19. Reforçar os Saberes e Competências da População;

OE 10 - Promover a coesão social e o desenvolvimento do terceiro sector - L20. Fomentar a Economia Social e a Qualificar o Terceiro Setor; L21. Dinamizar e Qualificar o Apoio ao Envelhecimento Ativo; L22. Promover a Inclusão Social e a Dinamização Sociocultural;

OE 12 - Adotar modelos e instrumentos inovadores de governança e promover as redes de cooperação - L25. Dinamizar a Cooperação Institucional geradora de Atratividade Territorial;

OE 14 - Prototipar e promover ofertas territoriais inovadoras - L27. Promover Novas Formas de

Comercialização de Produtos Locais; L28. Inovar nas Ofertas Turísticas do Destino Viseu Dão Lafões; L29.

Promover Novos Modelos de Organização das Ofertas de Viseu Dão Lafões.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O programa de ação previsto foi concebido numa lógica participativa, suportada em entrevistas a aliados do território, ateliês temáticos participativos, auscultação dos decisores políticos locais e brainstormings setoriais. No âmbito da cooperação e da animação apenas foram definidos os indicadores de realização uma vez que estas ações estão sujeitas, ainda, a candidatura, no entanto, a sua concretização é fundamental para atingir os objetivos definidos, dado o carácter integrado da presente estratégia. O objetivo estratégico que sustenta a lógica de intervenção do DLBC preconiza a Dinamização do Território de Atuação da ADDLAP como um Território de Integração “rural-urbano”, onde “tradição gera a inovação”, para o alcançar serão utilizados, entre outros, os instrumentos financeiros do PDR2020 e o PO Centro, nas seguintes ações e tipologias respetivamente: M10.2-1 Regime Simplificado de Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas; M10.2-2 Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização; M10.2-3 Diversificação das Atividades na Exploração, M10.2-4 Cadeias curtas e Mercados Locais; M10.2-5 Promoção de Produtos de Qualidade Locais e M10.2-6 Renovação das Aldeias; PI 8a Apoio ao Desenvolvimento dos Viveiros de Empresas e à Atividade por Conta Própria, às Microempresas; PI 6c Conservação e Proteção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural e PI 8iii Emprego por conta própria, Empreendedorismo e Criação de Empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Pretende-se aplicar 4.647.859,58€ de despesa pública, tendo como metas um acréscimo de entre a 1-2% do VAB, a criação de 105 postos de trabalho (26 - M10, 22 -PI 8a e 57 -PI 8iii) e uma variação da população residente do 0% no território de atuação. Para a concretização do Objetivo Específico I Desenvolver uma Nova Economia – Economia da Terra, mais Verde, Social e Circular, serão mobilizados 1.409.930€ de despesa pública, através dos instrumentos financeiros do PDR2020, ações M10.2-1, M10.2-2, M10.2-3, M10.2-4, M10.2-5 e do PO CENTRO tipologias PI6c, PI8iii, PI8a. Pretende-se alcançar os seguintes resultados: 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses; efeito multiplicador do investimento público no privado de 2; 50% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização; 30% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade; 5 postos de trabalho criados através da PI8a e 32 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. Para a concretização do Objetivo Específico II Promover uma Ruralidade Moderna – Empreendedora Competitiva e Colaborativa, serão mobilizados 1.692.686,60€, através dos instrumentos financeiros do PDR2020, ações M10.2-1, M10.2-2, M10.2-3, M10.2-4, M10.2-5, M10.2-6 e do PO CENTRO tipologias PI6c, PI8iii, PI8a. Pretende-se alcançar os seguintes resultados: 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses; efeito multiplicador do investimento público no privado de 2; 34% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização; 40% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade; 7 postos de trabalho criados através da PI8a e 96 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. Para a concretização do Objetivo Específico III Consolidar um Território de Bem Estar e de Coesão – Território de Sucesso Educativo e de Acesso à Cultura e à Saúde serão mobilizados 426.431,53€, através dos instrumentos financeiros do PDR2020, ações M10.2-6 e do PO CENTRO tipologias PI6c, PI8iii, PI8a. Pretende-se alcançar os seguintes resultados: 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses; efeito multiplicador do investimento público no privado de 2; 5 postos de trabalho criados através da PI8a e 96 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. Para a concretização do Objetivo Específico IV Dar uma Nova Visibilidade às Marcas do Território, serão mobilizados 1.118.811,45€, através dos instrumentos financeiros do PDR2020, ações M10.2-1, M10.2-3, M10.2-4, M10.2-5, M10.2-6 e do PO CENTRO tipologias PI6c, PI8iii, PI8a. Pretende-se alcançar os seguintes resultados: 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses; efeito multiplicador do investimento público no privado de 2; 15% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização; 30% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade; 5 postos de trabalho criados através da PI8a e 191 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros. A supervisão de resultados e metas de forma a evitar desvios relativamente ao planeado, deverá ser feita a partir da Matriz de Enquadramento Lógico, que se encontra em anexo, que integra os compromissos, mas também permite acompanhar a execução das diferentes atividades/projetos, em termos de recursos, de custos e responsabilidades.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Conforme referido anteriormente a estratégia está sustentada em 4 objetivos específicos e 15 objetivos operacionais que correspondem a 11 projetos mobilizadores sendo 4 complementares, que a seguir se discriminam, englobando as 31 linhas de ação. P. Mobilizador 1–Laboratório de Inovação Socio Territorial Será um espaço de partilha de ideias e concretização de soluções, em que se mobilizam recursos dos beneficiários de forma eficiente, encontrando-se suportado na rede de parceiros. Será uma unidade operacional, a criar, dedicada à inovação e ao empreendedorismo. P. Mobilizador 2- ValorCom - Valorização Comercial de Produtos Locais Tem por objetivo dar resposta a um constrangimento comum à maioria dos territórios rurais de baixa densidade, em que a pequena escala da produção, a fragilidade das estruturas empresariais e o carácter organizativo dos produtores envolvidos justificam a organização coletiva da comercialização. P. Mobilizador 3-+ Floresta.Preservação - Produção – Utilização Tem por objetivo principal preservar a floresta do território, utilizando as suas mais-valias produtivas e de usufruto, de forma a valorizar um recurso local de elevada disponibilidade, desenvolver a economia rural e contribuir para uma utilização racional da energia aplicada à Floresta e seus recursos. P. Mobilizador 4-Fileiras. Agricultura- Avicultura – Pecuária Assume-se como instrumento fundamental no desenvolvimento da agricultura e na concomitante valorização de produções e produtos. Pretende-se apoiar a inovação, competitividade e rentabilidade das explorações. P. Mobilizador 5-TurExc - Rede de Pólos de Turismo de Excelência Será estruturado em 10 polos turísticos, com o objetivo de responder à necessidade de renovar e adaptar o turismo à evolução das novas exigências dos turistas. P. Mobilizador 6-TuCRel - Turismo Cultural e Religioso em Rede O carácter espiritual dos espaços alvos do turismo religioso concede-lhe uma forte especificidade, apesar dos fatores de atratividade deste produto turístico envolverem também aspetos culturais, artísticos dos lugares e das suas populações, bem como dimensões recreativas, a gastronomia/enologia e o património. P. Mobilizador 7- Saúde Plena - Anti-Aging e Inclusão Ativa Visa promover um envelhecimento ativo e de qualidade, articulando intervenção social, atividades desportivas e de lazer e práticas de anti-aging. P. Mobilizador 8-N_CEI II - Núcleo de Criatividade, Experimentação e Inovação É um projeto polinucleado para apoiar a experimentação e a inovação para a preservação do património cultural e natural no território de atuação e criar um espaço de partilha cultural, onde possam estar sediadas associações culturais ou outras coletividades que desenvolvam atividades relevantes para o desenvolvimento sociocultural e estimular a criação de emprego em atividades socioculturais. P. 9 - Agendas II-Programa de Dinamização Cultural O Agendas II desenvolverá a análise, o diagnóstico e o Plano de Dinamização e Promoção Cultural do território, compatibilizando calendários temáticos relacionados com as diversas atividades artísticas e criativas. P. Mobilizador 10–GreenWays II – Programa de Interpretação, Valorização e Gestão Ambiental É um projeto vocacionado para a preservação e valorização do património natural do território de atuação, bem como para a educação e sensibilização ambiental, com um foco de atuação prioritário junto dos mais jovens. P. Mobilizador 11-RISP - Rota Intermunicipal dos Sabores e Paisagens Pretende-se apoiar a promoção de itinerários associados às marcas do território, integrando a gastronomia e os produtos com ADN. P. Complementar 1- Mais Economia Dinamização E Valorização da Microeconomia Local Propõe-se contribuir para a criação, dinamização, manutenção e modernização dos pequenos negócios em meio rural. P. Complementar 2 - GeoCT - Geoconservação e Geoturismo As estratégias de geoconservação visam a preservação da geodiversidade pelo que devem estar inseridas nas políticas de conservação da natureza e estabelecerem a ligação com a educação e com o turismo de natureza. No território em causa destaca-se a exploração de quartzo e de volfrâmio. P. Complementar 3 -+ Vida + Inclusão - Arte, Desporto Recreativo, Lazer e Inclusão Social Tem por meta a inclusão social, a interação e a participação da população, incentivando a cidadania e proporcionando uma melhor qualidade de vida através da arte, do desporto e de atividades de lazer. P. Complementar 4 -Mkt Territorial. Territórios Visíveis - Territórios de Desenvolvimento Visa melhorar a performance territorial, tornando o território mais competitivo, influenciando públicos-alvo relativamente a produtos ou serviços associados a um lugar específico e analisando e satisfazendo as necessidades dos stakeholders para criar relacionamentos vantajosos, pelo que influencia todos os projetos.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas	Despesa Pública	289658,93	724147,33	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	40,00	100,00	651 732,60€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização	Despesa Pública	193106,15	482765,37	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	40,00	100,00	434 488,83€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	201152,33	502880,83	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	40,00	100,00	452 592,75€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias Curtas e Mercados Locais	Despesa Pública	201152,33	502880,83	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	40,00	100,00	452 592,75€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de Produtos de Qualidade Locais	Despesa Pública	201152,33	502880,83	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	40,00	100,00	452 592,75€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias (em territórios rurais)	Despesa Pública	12069 1,34	301728, 36	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	271 555,52€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	23,00	57,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	961 109,65€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico incluindo em particular aquele que já é património da humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	166,00	415,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,08	0,21	33 473,31€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	166,00	414,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,08	0,21	33 473,32€
--	-------	---	--	--------	--------	--	------	------	------------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	16,00	Postos de trabalho criados	9,00	22,00	602 519,70€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	23,00	58,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	5,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	6,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	6,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias Curtas e Mercados Locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	6,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de Produtos de Qualidade Locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	5,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	2,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6C - a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico; b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais; 8 a) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	Estratégias	1,00	1,00				0,00€
--	-------	--	-------------	------	------	--	--	--	-------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6C - a) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico; b) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais; 8 a) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	0,00€
--	-------	--	--	--	--	--	------	------	-------

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 715 555,20€
FSE	961 109,65€
FEDER	669 466,33€
Total	4 346 131,18€

Pressupostos

A elaboração do presente plano financeiro teve como orientação os seguintes pressupostos: A dotação financeira corresponde ao proposto pela Comissão de Avaliação de acordo com a fórmula de cálculo definida para cada programa financiador, assim os valores dos FEEI (Fundos Europeus de Estruturais de Investimento) atribuídos são os seguintes: FEADER – 2.715.555,20€, acrescido de 301.728,35€ do orçamento de estado; FEDER – 669.466,33€ e FSE – 961.109,65€. A despesa pública relativa à M10– LEADER, corresponde a 90% FEADER e 10% orçamento de estado. O FEDER e o FSE representam 100% de despesa pública; Na distribuição pelas ações e tipologias teve-se em consideração os montantes obrigatórios definidos para FEADER e FEDER, no convite à 2ª Fase - Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local e Reconhecimento dos GAL (10% renovação das aldeias e 10% património natural e cultural); o histórico da entidade em matéria de projetos de investimento de promoção da empregabilidade, número de explorações agrícolas existentes (6414); o histórico do território no âmbito dos investimentos de pequena dimensão e nos investimentos de transformação e comercialização e de projetos de instalação de jovens agricultores, no último período de programação. Só nesta última tipologia foram contratualizados cerca de duas centenas e meia de projetos no território do GAL-ADDLAP. Estas explorações terão uma oportunidade para investir em equipamentos tecnologicamente mais recentes, alargar a área produtiva, transformar as suas produções ou até diversificar as atividades na exploração; A taxa de comparticipação, ou seja, o valor da despesa pública sobre a total, bem como a percentagem de apoio dos fundos e do orçamento de estado, foram calculadas de acordo com o definido no PDR – M10 LEADER, para investimentos em zonas desfavorecidas, e quando dependente de criação de postos de trabalho, colocou-se um valor médio (45%), nomeadamente na ação M10.2-3 Diversificação das Atividades na Exploração. Para as restantes ações/ tipologias considerou-se o definido na Comunicação sobre taxas de financiamento de 23 de julho 2015 da Autoridade de Gestão do PRODER. Assim, as taxas de apoio são 50% na PI8a, 85% na PI6c e PI8ii; Para a determinação do valor de investimento total por projeto, da M10, utilizaram-se os valores máximos definidos no convite à 2ª Fase. No FEDER e FSE o investimento total, por projeto, obteve-se, tendo em conta as orientações da comunicação eletrónica de 7 de setembro, DLBC- Orientações para a Reformulação das candidaturas, do Programa Operacional CENTRO 2020, simultaneamente atendeu-se ao histórico da entidade e da região em termos de apoios similares no período de programação anterior. Na PI 8a o valor médio é 75000€, na PI 8iii) o valor médio é 20000€ e na PI 6c considerou-se um valor médio de investimento total de 50.000€.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A cooperação, enquanto quadro de relacionamento com novas ideias, novas competências e novas aptidões é determinante entre as esferas “público-privado”. Assim, pretendem-se envolver vários parceiros: GAL’s (nacionais e europeus); autarquias; CIM; e outras entidades representativas de vários setores.

Neste âmbito, foram definidos 5 objetivos gerais da cooperação, para a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida, designadamente: valorizar produções locais; estimular e qualificar a iniciativa e o dinamismo locais; combater desigualdades e promover a coesão; valorizar recursos locais; e abrir o território ao mundo, os quais originaram as seguintes cinco áreas temáticas:

Produção Local

Objetivos específicos: aproximar ensino superior das atividades produtivas (“economia terra”), com projetos de I&D e experimentação; promover a difusão de técnicas da produção em modo biológico.

Metas: 2 projetos; 5 projetos-piloto; 5 workshops; 20 ações de sensibilização; 1 conferência.

Mais-valias: aumento da competitividade e inovação do setor primário e 1ª transformação; estímulo à qualidade (BIO); diversidade de produto.

Empreendedorismo

Objetivos específicos: fomentar programas de empreendedorismo para públicos específicos (séniores, mulheres, jovens) e para domínios específicos (anti-aging, ação social, empreendedorismo da aldeia); promover visitas a organizações modelo.

Metas: 1 projeto de cooperação; 10 empresas; população idosa: 1500; população Jovem: 50; mulheres: 100; 5 empresas.

Mais-valias: população mais interventiva no DL; estabelecimento de parcerias entre ensino, tecido empresarial e associativo para a promoção do empreendedorismo ligado ao saber-fazer local.

Natureza, Cultura, Gastronomia

Objetivos específicos: apoiar turismo cultural, saúde, natureza, gastronomia, termalismo (levantamentos de recursos e agentes, publicação on-line, ações piloto e de sensibilização); valorizar recursos locais; promover iniciativas de intervenção cultural multimunicipal.

Metas: 2 projetos; 5 levantamentos; presença em 3 páginas web; 15 ações de sensibilização; 5 ações piloto; 25 empresas/entidades; 15 iniciativas.

Mais-valias: criação de novos produtos; território com mais instrumentos para a produção e promoção dos produtos baseados na cultura, ambiente, natureza; valorização e promoção de polos de interesse cultural e natural; criação de programas de sensibilização da comunidade em geral e estudantes para a conservação do património cultural e natural (Ex. AARC – micro-reservas).

Coesão Social

Objetivos específicos: promover os direitos das minorias e grupos sociais mais vulneráveis; apoiar ações de inovação social.

Metas: 2 projetos; 10 sessões, workshops; 10 ações.

Mais-valias: incremento da capacidade de trabalho em rede; inclusão de novos atores na comunidade local; partilha de conhecimento entre instituições e sua dinamização com objetivo da sua sustentabilidade.

Marketing Territorial

Objetivos específicos: apoiar a promoção do mundo rural e suas atividades; apoiar a promoção de itinerários intermunicipais de observação da natureza, culturais, etc.); apoiar criação de uma Agenda da Hospitalidade Multimunicipal.

Metas: 1 projeto; 10 publicações; 15 roteiros; 5 itinerários; 1 agenda.

Mais-valias: trabalho em rede para criar canais de promoção de territórios parceiros; desenvolvimento de programas/produtos em conjunto com entidades dos diferentes setores de atividade e territórios, por forma a divulgá-los e valorizá-los.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

No Regulamento Interno de Funcionamento da Parceria para o período 2014-2020 estabelecem-se como estruturas operacionais dos GAL a Comissão de Acompanhamento Estratégico, o Órgão de Gestão e a ETL, com competências fundamentais, no que concerne à implementação da EDL e aos concomitantes procedimentos de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação dos pedidos de apoio, bem como salvaguarda da transparência e isenção na sua apreciação.

Neste instrumento normativo está previsto o modelo de gestão e organização da Parceria onde estão determinadas, através de um conjunto de regras, as competências de cada órgão na estrutura funcional da parceria, assim como a garantia de segregação de competências.

A CAE é o órgão deliberativo e de acompanhamento, assegurando a participação dos parceiros, identificando soluções e gerindo oportunidades, de forma a garantir que o Plano de Ação, e as eventuais alterações, se mantêm coerentes com a EDLBC aprovada. Este órgão é regulado pelo constante nos artigos: 2º - Constituição da Comissão de Acompanhamento Estratégico; 3º - Competências da Comissão de Acompanhamento Estratégico; 4º - Funcionamento da Comissão de Acompanhamento Estratégico; e 5º - Convocatória e Ordem de Trabalhos.

O OG, de acordo com o constante dos artigos 6º. e 7º., constitui-se como o órgão executivo e de representação do GAL ADDLAP. É constituído por 7 entidades: um presidente e seis vogais, cabendo a presidência, por inerência do cargo, ao presidente da Direção da ADDLAP. O OG é composto maioritariamente por entidades coletivas de direito privado, de diferente natureza. Compete ao OG, em geral, gerir e representar o GAL ADDLAP, assim como praticar os atos convenientes à prossecução dos fins do Regulamento Interno da Parceria, designadamente: aprovar, definitiva ou condicionalmente, as candidaturas ou recusar; apresentar aos parceiros do GAL ADDLAP o relatório de execução anual e o orçamento para o período seguinte; garantir a segregação de funções, aos mais diversos níveis; assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida; e elaborar o Regulamento do Funcionamento Interno da Parceria, cujas normas deverão garantir os princípios da transparência e da não discriminação, bem como assegurar a prevenção de conflitos de interesses e propor a sua aprovação à CAE.

A ETL corresponde à estrutura técnica da ADDLAP e será composta da seguinte forma:

Um coordenador que presta apoio ao órgão de gestão e é responsável pelo cumprimento do disposto na EDL, na legislação comunitária e nacional e ainda nas orientações do Órgão de Gestão;

Departamento Técnico de Planeamento e Projetos – responsável pela gestão e implementação de projetos nacionais, internacionais e de parcerias, nomeadamente elaboração de Regulamentos Internos, emissão de pareceres técnicos sobre a admissibilidade e mérito dos pedidos de apoio apresentados, acompanhamento dos pedidos de apoio, análise de pedidos de pagamento, recolha e tratamento de informação, bem como assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL e preparar relatórios de execução;

Departamento Administrativo e Financeiro – responsável pela organização contabilística, secretariado e apoio administrativo, assim como assessoria ao Departamento Técnico de Planeamento e Projetos;

A ETL poderá ser assessorada por serviços a contratar, em função das necessidades detetadas ao nível da gestão, acompanhamento e avaliação, bem como da animação do território e cooperação, de acordo com o disposto na EDL. Haverá uma separação de funções, ficando um responsável pela componente financeira dos projetos, nomeadamente a análise dos pedidos de pagamento e acompanhamento da execução do respetivo investimento; e outro pela análise de candidaturas.

Compete, assim, à ETL prestar apoio técnico à gestão, implementação e avaliação da EDL; elaborar o Manual de Procedimentos relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, e submetê-lo à aprovação do Órgão de Gestão; formular pareceres técnicos sob a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados assegurando, designadamente, que as operações sejam selecionadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentares e os objetivos definidos na EDL; analisar os pedidos de pagamento apresentados pelo beneficiário dos projetos aprovados, verificando a sua elegibilidade; recolher e tratar dados estatísticos, físicos, financeiros e outros para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação; elaborar relatórios de evolução da implementação da EDL, a apresentar em reunião de Direção, Órgão de Gestão e CAE; preparar relatórios de execução; e assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

De acordo com o previsto no artigo 10º (Avaliação e Acompanhamento) do Regulamento do Funcionamento Interno da Parceria GAL ADDLAP 2020, o acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos a

aprovar no âmbito da EDLBC constituem um relevante instrumento de controlo da aderência a objetivos e metas formulados na Estratégia e Plano de Ação. Trata-se de atribuições da CAE que partilha ainda com o Órgão de Gestão a sua implementação cabendo-lhe, também, entre outras competências, o controlo da execução da EDL, a avaliação periódica da realização dos seus objetivos específicos e a análise e aprovação dos relatórios de execução anual e final.

Essas tarefas serão conduzidas tecnicamente pelo Órgão de Gestão, em apoio às atividades da CAE e de acordo com o Regulamento Interno de Funcionamento, no âmbito da parceria GAL ADDLAP.

A organização das reuniões com a CAE - Comissão de Acompanhamento Estratégico, para acompanhamento e monitorização, será feita de forma setorial e de acordo com as áreas de intervenção dos respetivos FEEI, nomeadamente através da realização de reuniões com os membros da Parceria GAL ADDLAP, por setor (Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural; Turismo; Empresas; Património e Cultura; Apoio Social; Organizações Associativas e Desporto) e que estejam envolvidos em projetos em que o financiamento seja FEDER, FEADER e FSE. Prevê-se, nestas reuniões, a possibilidade de participação de entidades externas, designadamente: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, a Comissão Intermunicipal Viseu Dão, Lafões e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. Com esta solução, garantimos a participação de todos os parceiros por Fundo e por setor, de modo a que os mesmos se sintam envolvidos e auscultados, nas suas necessidades e, em conjunto, possam encontrar soluções facilitadoras da resolução dos entraves que surjam ao desenvolvimento dos projetos, considerados estratégicos para a sub-região e para a execução da EDL.

A preparação das reuniões deve ser assegurada pela ETL e pelos respetivos responsáveis de cada Fundo e setor, para que garantam o envolvimento constante das entidades e agentes do território.

A ETL deverá elaborar periodicamente relatórios (mensais e semestrais), com dados e indicadores quantitativos e qualitativos sobre a evolução da implementação da EDLBC, apresentando-os com uma periodicidade semestral à CAE para validar e avaliar quantitativamente os indicadores de resultados pré-definidos a atingir e qualitativamente a implementação dos projetos e da EDLBC. Ou seja, em cada semestre realizar-se-á uma reunião de trabalho, para avaliar os indicadores de resultado pré-definidos a atingir, com a implementação dos projetos e da EDLBC, por Fundos e uma avaliação de natureza mais qualitativa da implementação da Estratégia.

Para a sua concretização das atividades de avaliação, prevê-se a realização de visitas a projetos, quer as realizadas autonomamente pela ETL, quer as realizadas em conjunto com os parceiros, assim como a análise financeira e documental dos pedidos de apoio, desde a candidatura ao encerramento dos mesmos. Neste contexto, foram definidas no Regulamento de Funcionamento Interno da Parceria do GAL ADDLAP, entre outras, as seguintes competências da ETL: recolher e tratar dados estatísticos, físicos, financeiros e outros para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação; elaborar relatórios de evolução e implementação da EDLBC a apresentar em reunião de Direção, Órgão de Gestão e Comissão de Acompanhamento Estratégico; e assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL. Os recursos e meios para assegurar as atividades de acompanhamento, recolha/tratamento de informação e avaliação estarão, desta forma, assegurados na ETL.

A CAE deverá, assim, dispor de um documento com dados qualitativos e quantitativos, ilustrativo das necessidades para a adequada execução da EDL no território, por Fundo e por setor, para se poder pronunciar e propor as orientações que considere pertinentes para a concretização da Estratégia. Caso seja necessário, poderá ainda haver recurso a trabalhos que venham a ser desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação Sócio territorial, que apoiem a melhor implementação e avaliação da EDL no território. O LABIS será um espaço de partilha de ideias e concretização de soluções, em que se mobilizam recursos de parceiros/destinatários/beneficiários de forma eficaz e eficiente. Trata-se de uma unidade operacional a criar na ADDLAP dedicada à inovação e ao empreendedorismo, com a qual se pretende desenvolver, entre outras, as seguintes atividades: desenvolvimento de experiências e experimentação de metodologias e competências de criatividade e de inovação socio territorial; produção de documentos de suporte à implementação da EDLBC; recolha, tratamento, elaboração e publicação de conhecimento sobre diversas temáticas.

O plano de avaliação, à semelhança do PDR, terá a seguinte estrutura: 1. Objetivos e Finalidade, 2. Governança e Coordenação, 3. Tópicos e Atividades de Avaliação, 4. Dados e informações, 5. Cronograma, 6. Comunicação e 7. Recursos, de acordo com a alínea g) do regulamento 1303/2013.

O processo de avaliação tem em vista estruturar duas vertentes avaliativas: uma, de incidência interna (próxima da autoavaliação); e outra, tendo por objeto a atividade interna mas da responsabilidade de entidades externas.

As alíneas seguintes sistematizam os instrumentos a produzir:

Relatórios elaborados pela ETL, apresentados periodicamente ao Órgão de Gestão da Parceria GAL ADDLAP. Executados com base nos dados da Plataforma à medida que vão sendo analisados e submetidos

os Pedidos de Pagamento, assim como através dos Relatórios de verificação física local (VFL) e reuniões com os beneficiários.

Relatórios com as conclusões das reuniões da CAE e Relatórios das reuniões dos Grupos de Trabalho, a elaborar pela ETL e apresentados ao Órgão de Gestão e à Comissão de Acompanhamento Estratégico, que deverão analisar e extrair ensinamentos a verter na sua intervenção futura.

O Laboratório de Inovação Socio-territorial, a criar na ADDLAP, deverá ser um dos instrumentos que poderá produzir documentos de suporte à melhor implementação da Estratégia no território.

Relatórios de execução para as Autoridades de Gestão e Pagamento, apresentados pelo Órgão de Gestão e validados pela Comissão de Acompanhamento Estratégico, respondendo às solicitações e seguindo as orientações emanadas pelas mesmas, em matéria de acompanhamento de execução física e financeira dos projetos apoiados no âmbito do DLBC Rural.

Relatório de Avaliação Interna da atividade desenvolvida pelo Gal ADDLAP, no âmbito do DLBC Rural, a realizar com apoio de entidades externas.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Anexo I - Índice de Anexos Candidatura_2ª fase.pdf	24/07/2015 17:57	209135468
Outros	Anexo VII - Matriz Enquadramento Lógico e Plano Financeiro Global.pdf	23/09/2015 09:52	503484580
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo IV-Órgão Gestão e Estrutura Técnica Local.pdf	24/07/2015 17:56	209135468
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-017.pdf	14/12/2015 10:45	
Outros	Anexo VI-Ata Comissão Acompanhamento Estratégico e Informação Técnica n.1-2015.pdf	24/07/2015 17:58	209135468
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-017.pdf	24/07/2015 18:33	209135468
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-017.pdf	29/09/2015 15:20	
Protocolo de parceria	Anexo II-Acordo Parceria - Aditamento e Regulamento Parceria GAL ADDLAP.pdf	24/07/2015 17:56	209135468
Outros	Anexo III-Regulamento do Funcionamento Interno da Parceria GAL ADDLAP.pdf	24/07/2015 17:57	209135468
Outros	Anexo V - Fichas Parceiros - ADRL e Obra Sociais Pessoal Câmara Serviços Municipalizados Viseu.pdf	24/07/2015 17:57	209135468
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-017.pdf	20/11/2015 16:16	

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DÃO LAFÕES E ALTO PAIVA	NIF	503484580
Submetido por	JULIA PAULA RODRIGUES DE CARVALHO	NIF	209135468
Data de Submissão	14-12-2015		